

Olá, meus amigos!

Vou comentar todas as questões sobre a **Lei de Execução Penal**. Vamos lá!

- Lei de Execuções Penais

Questão 71

Acerca do regime disciplinar diferenciado e de acordo com o disposto no art. 52 da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que:

- A) caso a conduta do preso implique sujeição ao regime disciplinar diferenciado, será relevada a caracterização de falta grave, para que não haja dupla punição pelo mesmo fato.
- B) o regime disciplinar diferenciado tem duração máxima e prorrogável de trezentos e sessenta e cinco dias.
- C) o preso condenado, caso apresente alto risco para a segurança do estabelecimento penal, poderá ser encaminhado ao regime disciplinar diferenciado, o que não ocorre com o preso provisório.
- D) o regime disciplinar diferenciado, em que o preso tem direito a visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, poderá abrigar presos provisórios.
- E) a prática de crime doloso pelo preso condenado, além de implicar falta grave, automaticamente determina sujeição ao regime disciplinar diferenciado.

Comentários:

O art. 52 da LEP menciona que a prática de fato previsto como crime doloso **constitui falta grave** e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, **ao regime disciplinar diferenciado**, com as seguintes características:

- ✓ duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada;
- ✓ recolhimento em cela individual;

- ✓ visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas;
- ✓ o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios, assim, nossa resposta é a letra "D".

Gabarito: D.

Questão 72

Assinale a alternativa que corretamente contempla sanções disciplinares admitidas pela Lei nº 7.210/1984.

- A) Repreensão; incomunicabilidade absoluta do preso; isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo e suspensão ou restrição de direitos.
- B) Incomunicabilidade absoluta do preso; isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo; advertência verbal e suspensão ou restrição de direitos.
- C) Isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo; repreensão; incomunicabilidade absoluta do preso e advertência verbal.
- D) Advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos e isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo.
- E) Advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos e incomunicabilidade absoluta do preso.

Comentários:

Segundo a LEP, no seu art. 53, constituem sanções disciplinares:

- ✓ advertência verbal;
- ✓ repreensão;
- ✓ suspensão ou restrição de direitos;
- ✓ isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo;
- ✓ inclusão no regime disciplinar diferenciado.

Gabarito: D.

Questão 73

A supervisão dos patronatos, bem como a assistência aos egressos, incumbe ao(à):

- A) juízo da execução penal.
- B) direção do estabelecimento penal.
- C) Conselho Penitenciário.
- D) Departamento Penitenciário Nacional.
- E) Ministério Público.

Comentários:

O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena. O mandato dos membros do Conselho Penitenciário terá a duração de 4 anos. O art. 70 da LEP menciona algumas atribuições do Conselho Penitenciário. Vejamos!

- ✓ emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;
- ✓ emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso;
- ✓ inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;
- ✓ apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;
- ✓ **supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.**

Gabarito: C.

Questão 74

Por ter praticado um roubo, Ariclones é condenado ao cumprimento de pena de seis anos de reclusão, em regime semiaberto. Assim, é correto afirmar que o condenado deverá iniciar a execução de sua pena em:

- A) uma colônia agrícola, industrial ou similar, podendo o condenado ser alojado em dependências coletivas, com seleção adequada dos presos.
- B) uma penitenciária, em cela individual dotada de dormitório, aparelho sanitário e lavatório.
- C) regime disciplinar diferenciado, dada a gravidade em abstrato do delito, que pressupõe constrangimento à vítima.
- D) casa de albergado, caracterizada pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga.
- E) prisão domiciliar, caso não exista casa de albergado na região, ou caso esta apresente lotação esgotada.

Comentários:

Os artigos 91 e 92 da LEP, mencionam que a Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime **semi-aberto**. E que o condenado poderá ser alojado em compartimento coletivo.

Gabarito: A.

Questão 75

Consoante a Lei de Execução Penal, a remição:

- A) é afetada pela prática de falta grave, hipótese em que o juiz poderá revogar até um terço do tempo remido.
- B) não se aplica ao condenado submetido ao regime fechado.
- C) se dará apenas em virtude do trabalho, mas não do estudo.
- D) não é computada durante o período em que o preso se recupera de acidente de trabalho.
- E) será declarada pelo juiz da execução independentemente de serem ouvidos Ministério Público e defesa.

Comentários:

Segundo o STJ, reconhecida falta grave, a perda de até 1/3 do tempo remido pode alcançar dias de trabalho (ou de estudo) anteriores à infração disciplinar e que ainda não tenham sido declarados pelo juízo da execução no cômputo da remição. Por outro lado, a perda dos dias remidos não pode alcançar os dias trabalhados (ou de estudo) após o cometimento da falta grave. O art. 127 da LEP menciona que no caso de falta grave, o juiz **poderá revogar** até 1/3 do tempo remido.

Gabarito: A.

Questão 76

Mariano, condenado a pena de detenção de um ano e oito meses, em virtude da prática de violência doméstica (art. 129, § 9º, CP), foi beneficiado pela concessão de *sursis*. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) a concessão do *sursis* na sentença condenatória dispensa motivação pelo juiz.
- B) as condições estabelecidas na sentença não levarão em conta a situação pessoal do apenado, adequando-se unicamente ao fato.
- C) o período de suspensão deverá ser equivalente ao da pena suspensa.
- D) as condições estabelecidas na decisão concessiva do *sursis* poderão ser modificadas a qualquer tempo, exigindo-se seja ouvido o condenado.
- E) é impossível a prorrogação do período de prova.

Comentários:

Aprofundando mais um pouco! Segundo o STJ, o juiz das execuções pode modificar condições impostas pelo juiz da condenação (art. 158, §2º, LEP) e se o tribunal, ao conceder o “sursis”, pode delegar ao juízo das execuções a fixação dessas condições (art. 159, §2º, LEP), nada impede que esse juízo também fixe condições não determinadas pela sentença. Não se pode falar em ofensa à coisa julgada, pois esta diz respeito à concessão do “sursis” e não às condições, as quais podem ser alteradas no curso da execução da pena.

A norma, no seu art. 158, menciona que concedida a suspensão, o Juiz especificará as condições a que fica sujeito o condenado, pelo prazo fixado. Entretanto, segundo § 2º deste mesmo artigo, o Juiz poderá, a qualquer tempo, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante proposta do Conselho Penitenciário, modificar as condições e regras estabelecidas na sentença, **ouvido o condenado**.

Gabarito: D.

Questão 77

Sobre progressão e regressão de regime prisional, é correto afirmar que:

- A) a regressão de regime pode se dar do regime aberto diretamente para o fechado.
- B) a progressão é condicionada unicamente ao cumprimento de parcela da pena.
- C) é vedada a exigência de exame criminológico para a progressão.
- D) o bom comportamento carcerário deverá ser atestado por uma equipe técnica multidisciplinar.
- E) proíbe-se a progressão de regime na condenação por delito classificado como hediondo.

Comentários:

Segundo o STJ, a execução da pena se submete à forma regressiva. Por isso, o condenado pode ser transferido para qualquer dos regimes previstos no art. 33, do Código Penal, dependendo de avaliação do Juízo das Execuções ou do Tribunal das circunstâncias e peculiaridades do caso concreto para decidir o regime adequado.

Gabarito: A.

Questão 78

A Comissão Técnica de Classificação é composta, no mínimo:

- A) pelo Juiz da Execução Penal, bem como por fiscais do serviço social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- B) por fiscais do serviço social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- C) pelo diretor do estabelecimento, que a presidirá, bem como por um chefe de serviço e um psiquiatra, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- D) por dois chefes de serviço, um psicólogo, um psiquiatra e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- E) pelo diretor do estabelecimento, que a presidirá, bem como por dois chefes de serviço, um psicólogo, um psiquiatra e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Comentários:

A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, **no mínimo**, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade (art. 7º da LEP).

Gabarito: E.

Questão 79

Sobre a saída temporária, assinale a alternativa que corretamente traz um requisito para sua concessão.

- A) Cumprimento mínimo de um sexto da pena, ou, em caso de crime hediondo, de dois quintos da sanção penal, ou de três quintos, em caso de reincidência.
- B) Manifestação favorável do Ministério Público.
- C) Compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.
- D) Decisão judicial, ainda que imotivada.
- E) Comportamento carcerário avaliado como ótimo.

Comentários:

A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

- ✓ comportamento adequado;
- ✓ cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;
- ✓ **compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.**

Gabarito: C.

Questão 80

Acerca da monitoração eletrônica, assinale a resposta correta.

- A) Tem por objetivos exclusivos monitorar o preso encaminhado ao regime aberto, ou o preso ao qual se concede prisão domiciliar.
- B) A violação dos deveres impostos ao monitorado implicará obrigatoriamente a regressão de regime prisional.
- C) O dano culposo causado ao equipamento de monitoração implicará revogação de prisão domiciliar, com retorno do condenado ao sistema prisional.
- D) Entre os deveres do monitorado, não se inclui o de responder contatos do servidor responsável pela monitoração eletrônica.
- E) A monitoração eletrônica poderá ser revogada quando se tornar desnecessária ou inadequada.

Comentários:

Segundo o art. 146-D da LEP, a monitoração eletrônica poderá ser revogada:

- ✓ **quando se tornar desnecessária ou inadequada;**
- ✓ se o acusado ou condenado violar os deveres a que estiver sujeito durante a sua vigência ou cometer falta grave.

Gabarito: E.